



**O (NÃO) LUGAR DA MORAL EVANGÉLICA NO PARLAMENTO
NACIONAL: POSICIONAMENTOS PARLAMENTARES FEMININOS
(2006, 2010 e 2014)***

THE (NON-) ROLE OF CONSERVATIVE EVANGELICAL MORALITY IN THE
NATIONAL CONGRESS: FEMALE PARLIAMENTARY POSITIONS (2006,
2010 and 2014)

*Péricles Moraes Andrade Júnior***

*Emerson Sena da Silveira****

*Silvério Leal Pessoa*****

RESUMO

Este artigo aborda o papel das parlamentares evangélicas brasileiras no Congresso Nacional. Indagamos sobre os sentidos da moral conservadora e sua publicização no parlamento nacional a partir das mulheres parlamentares. A partir de métodos quali-quantitativos de levantamentos de dados sobre a atuação das parlamentares provocamos uma interpretação crítica da publicização moral nas legislaturas de 2006, 2010 e 2014. Analisaremos as

* Os dados das parlamentares no presente texto foram extraídos do projeto de Iniciação Científica realizado entre 2019 e 2020 e coordenado pelo professor Emerson Sena, com a participação dos estudantes Esteban Vicente Aguilar Bojorge e Jéssicka Oliveira de Assis, da Universidade Federal de Juiz de Fora, MG, Brasil.

** Docente permanente dos Programas de Pós-Graduação em Ciências da Religião e História. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2006). Atualmente é professor Associado 3 na Universidade Federal de Sergipe, lotado no Departamento de Ciências Sociais e no Núcleo de Graduação em Ciências da Religião. E-mail: periclesmoraes@hotmail.com.

*** Professor Associado do Departamento de Ciência da Religião (DCRE), da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutor em Ciência da Religião (UFJF). Antropólogo. E-mail: emerson.pesquisa@gmail.com.

**** Professor do Programa de Pós-graduação de Ciências da Religião da UNICAP e da Escola de Educação e Humanidades da UNICAP. Doutor em Ciências da Religião pela UNICAP. E-mail: silveriop@icloud.com.



principais características dessa atuação, moral e corporativa, mas pontualmente social. Agregaremos à análise, reflexões há muito existentes acerca da função prática da religiosidade na política. O material e as análises contidos nessa pesquisa ajudam a ampliar a discussão sobre as articulações entre domínios a saber, religião e política antagônicos em alguns casos, complementares em outros. A representação política evangélica feminina e seu impacto prático no legislativo teve resultados ambivalentes, por um lado, defesa de pautas morais (punitivismo, antiaborto, contra casamento homoafetivo), por outro, defesa ou proposição de direitos específicos (mulher, trânsito, meio-ambiente). O papel dos novos atores, sobretudo os religiosos identitários, no caso as mulheres evangélicas parlamentares, é ambíguo e promove alguns direitos sociais, mas inscreve no parlamento uma moral religiosa reacionária, cria um não-lugar político que oculta questões fundamentais para os direitos da mulher.

Palavras-Chave: Mulheres parlamentares evangélicas; Pauta moralista; Novos movimentos identitários, Congresso nacional; Pauta evangélica.

ABSTRACT

This article addresses the role of female Brazilian evangelical parliamentarians in the National Congress. We investigate the meanings of conservative morality and its publicization in the national parliament from the perspective of female parliamentarians. Based on quali/quantitative data collection methods concerning the performance of female parliamentarians, we promote a critical interpretation of the moral publicization in the legislative terms of 2006, 2010 and 2014. We will analyze the main characteristics of this moral and corporate – yet pointedly social – performance. We will add to the analysis long-standing reflections regarding the practical function of religiosity in politics. The material and analyses contained in this research help broaden the discussion about the articulations between the domains involved, namely, religion and politics, which are antagonistic in some cases and complementary in others. The female evangelical political representation and its practical impact on the legislature produced ambivalent results: on the one hand, advocacy of moral agendas (punitivism, anti-abortion movement, fight against same-sex marriage), on the other hand, advocacy or proposition of specific rights (women, traffic, environment). The role of the new actors, especially the religious-identitarian ones – in this case, the female evangelical parliamentarians – is ambiguous: it promotes some social rights but inscribes in the parliament reactionary religious morality and creates a political non-role that conceals fundamental issues for women's rights.

Keywords: Female evangelical parliamentarians; Moralistic agenda; New identitarian movements; National Congress; Evangelical agenda.

1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade a publicização da religião trouxe novos desafios de compreensão e trouxe também a relação entre religião e política a um novo patamar. Observamos a crescente relevância e envolvimento de grupos e organizações religiosas nos assuntos públicos em muitas partes do mundo, sobretudo nas políticas estatais, processos e debates legislativos e disputas e consultas judiciais, com várias formas de mobilização e intervenção coletivas em debates públicos, tanto em esfera doméstica quanto globalmente, buscando guiar ou impelir a opinião e a tomada de decisões em certas direções (BURITY, 2015). A presença de religiosos, em especial evangélicos, não é nova no Brasil. Mas, ao menos a partir do final da Ditadura Militar (1964-1985), vem passando por uma crescente articulação, massiva penetração e assunção de pautas reacionárias e retrógradas, de um ponto de vista moral – militância contra pautas feministas (descriminalização do aborto), manifestações homofóbicas, anti-minorias (indígenas, negros) ou a elas indiferentes e, no âmbito social, se observa a defesa de uma governamentalidade neoliberal ou anarcocapitalista, diminuição de direitos sociais e trabalhistas e da criação de um Estado mínimo a serviço da acumulação de capital financeiro.

Com esse quadro e animada pelo fervor religioso reacionário de ocupar o Estado e seus aparelhos, as tensões crescem entre os coletivos religiosos tradicionalistas e o Governo Federal, sobretudo com a reposição de temas de cunho moral e privado na agenda política da maioria dos grupos religiosos, com a emergência de novos coletivos religiosos mais liberais (igrejas inclusivas) e o reposicionamento das estruturas eclesiais tradicionais (ativismo conservador), com a tendência a judicialização dos conflitos sociais e a inclusão das campanhas eleitorais do combate ao aborto e as bandeiras dos movimentos LGBTQIA+ nas plataformas políticas de alguns candidatos e com amplo apoio das lideranças religiosas (MACHADO, 2012; SILVA, SILVEIRA, 2020). Desse modo, no Brasil contemporâneo, centenas de religiosos ocupam cargos políticos. Muitos deles evangélicos, que participam do cenário político e provocam a “desterritorialidade da fé”¹.

¹ Verifica-se, pois, um intenso fluxo, mobilidade e reconfiguração de fenômenos que outrora estavam fixos em “terras firmes”. A religião e a política se movimentam por diferentes âmbitos da vida social e cultural, articulando-se em determinados espaços móveis (SURUAGY, 2016, p. 5).

As consequências dessa articulação de esferas nos levam a nos perguntar quem, do binômio Religião e Estado, “se come”, no sentido da antropofagia, e o que demonstra a porosidade da sociedade e do sistema político em absorver certas estratégias e intervenções do mundo religioso na política. Acomodações sociais transformaram o mundo evangélico, e em especial, o pentecostalismo, em uma religião política, que perdeu seu sectarismo religioso por um lado, mas, por outro, recriou o clima sectário ao aproximar-se da extrema-direita fascista e das suas invenções ideológicas, tais como “comunismo demoníaco” e “destruidor da família”, um jogo simbólico que abarca desde desenhos da Disney até candidato do Partido dos Trabalhadores (PT). As consequências dessa aplicação da fé em instituições que não sejam a religião podem ser observadas na dessacralização da cultura, na sustentação de posições políticas através de ideologias religiosas e no surgimento da chamada bancada evangélica (SURUAGY, 2011; BURITY, MACHADO, 2005).

Nesses novos sentidos do campo político² contemporâneo estariam as mulheres evangélicas, por uma questão identitária, imunes às pautas corporativas e reacionárias e ao moralismo enquanto política? Nossa hipótese: as mulheres evangélicas parlamentares participam dessas pautas em parte, mas, ao mesmo tempo, conseguem trazer contribuições pontuais às pautas dos direitos em geral, exceto em relação as pautas morais (aborto). Tomamos como recorte temporal as legislaturas de 2006-2010, 2010-2014 e 2014-2018, quando as primeiras mulheres autodeclaradas evangélicas se fazem publicizar. Esse tempo coincide com a expansão da direita e da extrema-direita na sociedade brasileira e da própria bancada religiosa evangélica, composta de variadas igrejas e movimentos³.

Ao vasculhar as páginas eletrônicas do Congresso Nacional e da imprensa especializada, catalogamos dados gerais e selecionamos pontos centrais de seus posicionamentos e projetos de lei. Embora nossa pesquisa nesse momento não contemple a atual legislatura, os resultados aqui apontados indicam a pertinência

² Ver a análise de Bourdieu (1998)

³ Levantamento preliminar do DIAP (Departamento Intersindical De Assessoria Parlamentar), órgão fundado em 1983, mostra que em 2018, a banca evangélica apresentou aumento na comparação com o pleito anterior (2014): 84 deputados ou deputadas identificados com as demandas, crenças e convicções desse grupo informal e suprapartidário no Congresso Nacional. Em 2014, foram 75 representantes. Em 2010, 73. Em 2006, 36. <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/noticias/88900-eleicoes-2018-bancada-evangelica-cresce-na-camara-e-no-senado> Acesso em: 30 maio 2022.

desse debate para a compreensão das articulações entre as esferas religiosa e política no Brasil. Muitos estudos acerca da função da religiosidade na política têm sido publicados, mas acreditamos que a presente investigação possibilita questionar o identitarismo como fator de mudança política e, ainda, discutir a relação necessária entre política e religião e, dentro dela, a relação entre mulheres evangélicas, pauta moral e o Congresso⁴.

2 DO PÚBLICO AO LAICO, DA MORAL À NORMA SOCIAL

Vale ressaltar que o regime de laicidade no Brasil se inicia a partir da Constituição de 1891, que instituiu a separação republicana entre Igreja e Estado. Porém, a constituição da esfera pública laica brasileira não resultou na privatização da religiosidade, assim como na exclusão mútua entre religião e política, o que implica em fronteiras precárias e não-demarcadas entre elas, além de permitir ao sistema público e político a incorporação de estratégias e intervenções oriundas da esfera religiosa. Dito de outro modo, a pluriconfessionalidade brasileira não implicou no questionamento radical do papel das religiões e das igrejas na definição de políticas públicas, tendência recorrente em parte significativa da América Latina. Muitos de seus regimes políticos têm se sustentado, aberta ou veladamente, a partir da autoridade religiosa ou do poder sagrado (BLANCARTE, 2008; 2011). No Brasil grassam concepções situadas de laicidades com arenas políticas em que prevalece o reconhecimento desse regime “nunca combatido ou negado de forma explícita” (CAMURÇA, 2017).

Entre 1990 e 2020 observamos a ampliação da “arena pública” com a crescente participação dos evangélicos e de novos atores nas sociedades civil e política, sobretudo os movimentos sociais e identitários⁵. Quando nos referimos aos

⁴ O tema justifica-se pela importância da pauta feminina da sociedade contemporânea, reivindicada por movimentos sociais, políticos e instituições republicanas, principalmente porque na contemporaneidade as disputas de sentido em torno das noções do que seja o papel da ciência, da cidadania e da religião no espaço público, da laicidade e Estado Laico ().

⁵ De acordo com Marcelo Ennes e Frank Marcon (2014, p.274-305), os movimentos identitários ganham visibilidade e expressão a partir das mudanças políticas e culturais observadas nas últimas cinco décadas, sobretudo a partir daquelas produzidas pelas transformações do chamado mundo moderno, que inclui a crise das metareferências, a emergência de novos sujeitos que passaram a lutar por uma nova agenda política e o desenvolvimento de teorias sociais explicativas sobre a constituição dos grupos sociais e das diferenças entre eles.

evangélicos ou aos movimentos sociais como grupos mais amplos, não ignoramos as diferenças doutrinárias, suas origens históricas, seu sistema teológico ou ideológico. Tomamos como ponto de vista a atuação em conjunto na política e espaço público a partir de sua pragmática, ou seja, ao fim e ao cabo, por quais valores lutam, que tipos de representantes elegem, quais os votos dados a quais temáticas e projetos. Quando se leva isso em conta, apesar das limitações hermenêuticas, um claro quadro emerge: a predominância do moralismo estreito e estrito e da ideologia de extrema-direita política. Como ilustrativo dessa afirmativa se constata a ocupação de postos no aparelho estatal, influência nas políticas públicas na área da saúde, dos direitos sexuais e reprodutivos pelos coletivos religiosos e não-religiosos. Cada vez mais, temas polêmicos em termos morais passam a compor a agenda política, tais como: descriminalização do aborto, a união civil homoafetiva, criminalização da homofobia e inclusão de cirurgias de redesignação sexual entre os serviços do SUS-Sistema Único de Saúde. Essa nova configuração no campo político institui novas tensões entre os coletivos religiosos tradicionalistas e o Estado (MACHADO, 2012).

A dessacralização da cultura é o fenômeno através do qual se racionaliza a vida pública e sacraliza-se a vida privada. Dessa maneira, não é possível controlar sua vida moral e não se deve arbitrar sobre questões éticas, uma vez que, para os líderes religiosos, deve haver uma autoridade regendo esse juízo, uma vez que é necessária uma autoridade para criar juízos acerca de assuntos relevantes. Dessa forma, o indivíduo religioso justifica suas ações políticas através da autoridade divina, ou seja, a fé. Isso leva à segunda consequência da desterritorialidade da fé: a sustentação de posições políticas com base na religião. Essa tendência pode ser observada se considerarmos a adoção da moral e dos “bons costumes”, enquanto posicionamento político clássico entre evangélicos ou a própria inserção das igrejas evangélicas na política partidária, que começou atrelada à necessidade do crescimento da igreja pentecostal. Assim, é possível relacionar a estratégia da conversão do carisma dessas igrejas em capital político e eleitoral a uma característica da sustentação política com base na religião, uma vez que os candidatos eleitos somente são eleitos por conta do apoio religioso que os acompanha. A terceira consequência advém do capital eleitoral das igrejas. Uma vez eleitos, uma das características é a posterior troca de partidos

entre candidatos, o que dá origem a uma agremiação de evangélicos e propicia um ambiente favorável a uma bancada religiosa⁶.

3 MULHERES EVANGÉLICAS NO CONGRESSO NACIONAL

É inegável que a representação feminina na política, de forma geral é bastante escassa no Congresso Nacional⁷. Em uma arena cheia de disputas, ao longo dos últimos 30 anos, três bancadas se fortaleceram: agrária, policial e evangélica. Aqui, faz-se necessário conceituar Bancada Evangélica (BE), tratada como sinônimo de Frente Parlamentar Evangélica (FPE). A FPE toma os princípios cristãos, os hegemônicos, como referência identitária para si e para toda a sociedade, embora, o que esses valores são, esteja em disputa com correntes religiosas cristãs ligadas à luta pela igualdade social, sexual, racial e ambiental. A FPE, composta por 196 deputados (14 fora do exercício), fundada em 2003, é uma entidade formal, balizada pelo regime estatutário do Congresso, que reúne deputados e senadores em torno de pautas em comum e inclui parlamentares de fé católica, espírita ou sem nenhuma religião. A BE que, em agosto de 2017, contava com 89 deputados e 2 senadores, é informal e agrupa parlamentares que se identificam como evangélicos, de diferentes igrejas. Predominam neopentecostais, pentecostais, batistas e presbiterianas. Apesar de ambas serem associadas à fragilidade da democracia representativa e a dificuldade de comprometimento e programas políticos claros, que não estejam sob o

⁶ Ao contrário das teses do paradigma da secularização, que designava a religião à esfera privada como o lugar próprio, as tradições religiosas teriam se tornado públicas em dois sentidos: ganharam publicidade como objeto de atenção de vários públicos (meios de comunicação, políticos, cientistas, etc.) e colocaram-se na arena pública enquanto formas de contestação moral e política. Essa desprivatização implicou na repolitização da esfera religiosa e moral e na renormatização das esferas públicas econômicas e políticas. A novidade desse processo residiria no fato de que as religiões desafiam a privatização, não para defender suas ideias tradicionais em público, mas sim para participar da disputa pela definição das fronteiras modernas entre o público e o privado, entre legalidade e moralidade, entre família, sociedade e Estado, entre Estado-nação, civilização e sistema mundial. Os processos históricos de desprivatização referem-se aos modos como a religião abandona o lugar que lhe fora designado pelo modelo liberal, ao menos na democracia representativa, e entra na esfera pública indiferenciada da sociedade (CASANOVA, 1994).

⁷ Embora as mulheres representem mais de metade da população brasileira (51%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE), a participação feminina no parlamento não chega a 15%. Na Câmara, 50 mulheres ocupam menos de 10% das 513 cadeiras da casa. No Senado, são 12 mulheres – menos de 15% das 81 vagas (ALEGRETTI, 2015). Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/11/maioria-das-deputadas-se-diz-contrario-projeto-de-cunha-sobre-aborto.html>. Acesso em: 19 mai. 2022.

identitarismo religioso. Outrora a “bancada evangélica constituía um grupo político disperso, em voto e ideologia” (ORO, 2002). Mas, a realidade mudou.

A partir dos anos 2010 a pauta do aborto esteve centro da campanha presidencial reacionária, quando a direita e a extrema-direita assumiram o embate contra seus adversários políticos, perderam a vergonha de defender posições que vão do ameno conservadorismo ao fascismo e ao racismo (). Nesse contexto, a FPE e a BE tiveram maior coesão ideológica, endureceram o embate no espaço público contra adversários políticos, muitas vezes agrupados sob a categoria de comunismo, que virou um signo fantasma, acusativo-depreciativo e eliminador da presença do outro enquanto participante divergente da democracia. O ápice dessa coesão e orientação parecer ter chegado com a candidatura à Presidência de Jair Messias Bolsonaro (PSL), quando os parlamentares evangélicos assumiram uma clara aproximação e defesa das pautas de cunho fascista e reacionário, tais como: anti-indígena, anti-LGBTQIA+, antidireitos sociais e trabalhistas, privatistas ao extremo e armamentistas⁸. Como todos os signos que circundam a linguagem, o momento em que a Bancada Evangélica surge como uma expressão cultural não pode ser traçado cronologicamente na história. Analisaremos os meios através dos quais as duas mais célebres igrejas pentecostais e neopentecostais (Assembleia de Deus e a Igreja Universal do Reino de Deus) ascenderam ao poder e, com elas, as mulheres evangélicas.

⁸ Nas últimas duas décadas consolidou-se o *modus operandi* político dos evangélicos que impulsiona uma inflexão no histórico estilo de operar na esfera política, marcado pela Igreja Católica: novas formas de ativismo político através da militância de seus religiosos nas casas legislativas. Os evangélicos buscam sair da condição de minoria e subalternidade cultural diante do apoliticismo em que ficou recluso e da invisibilidade para reclamar o acesso à esfera pública. Os católicos buscam reposicionamentos do diálogo igreja-Estado, perante a ascensão dos evangélicos como atores políticos que disputam, a quase naturalizada, hegemonia do catolicismo de pautar a vida social e coletiva nos valores de uma ética intramundana. Refina-se o pragmatismo eleitoral. No período de 2006 a 2014, houve forte aproximação das lideranças evangélicas com o Governo Federal liderado pelo PT-Partidos dos Trabalhadores. Elas deram voto em alguns projetos e apoio, *but not too much*, mas atuaram, escandalosamente, como freio-de-mão contra o avanço da pauta da igualdade social, sexual, racial e ambiental e desenvolveram estratégias multiposicionadas que ampliam sua inserção partidária (CARRANZA, 2017). A partir de 2015, a bancada evangélica rompeu com as esquerdas partidárias no poder, passou a ser oposição e segue em apoio cerrado ao governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro (PL). Talvez, tenham atingido o ápice durante o governo Bolsonaro e assistamos à sua estabilização ou regressão, *pari passu* à estabilização e parcial regressão da direita e da extrema-direita no cenário internacional.

QUADRO 1 - AS PARLAMENTARES EVANGÉLICAS – 2006, 2010, 2014

Pseudônimo	Cargo	Mandato - Início	Estado - Cidade	Estado Civil	Filhos
Dona Iris Resende	Deputada	Nova - 2006	Três Lagoas, MG	Casada	Sim (03)
Marina Silva	Senadora	Reeleita - 2006	Rio Branco, AC	Casada	Sim (04)
Andréia Zito	Deputada	Reeleita - 2010	Duque de Caxias, RJ	Casada	Sim (01)
Antônia Lúcia	Deputada	Nova - 2010	Senador Guiomard, AC	s/d	s/d*
Benedita da Silva	Deputada	Reeleita - 2006	Rio de Janeiro, RJ	Casada	Sim (02)
Bruna Furlan	Deputada	Nova - 2010	Barueri, SP	Solteira	Não
Fátima Pelaes	Deputada	Reeleita - 2010	Macapá, AM	Casada	Sim (01)
Lauriete Rodrigues	Deputada	Nova - 2010	Vitória, ES	Casada	Sim (01)
Liliam Sá	Deputada	Nova - 2010	Macapá, AM	Casada	Sim (01)
Sueli Vidigal	Deputada	Reeleita - 2010	Cachoeiro do Itapemirim, ES	Casada	Sim (02)
Brunny Gomes	Deputada	Nova - 2014	Governador Valadares, MG	Casada	Não
Christiane Yared	Deputada	Nova - 2014	Curitiba, PR	Divorciada	Sim (03)
Clarrisa Garotinho	Deputada	Nova - 2014	Campos dos Goytacases, RJ	Solteira	Sim (01)
Eliziane Gama	Deputada	Nova - 2014	Monção, MA	Divorciada	s/d
Geovânia de Sá	Deputada	Nova - 2014	Criciúma, SC	Casada	Sim (02)
Júlia Marinho	Deputada	Nova - 2014	Itapirapuã, GO	Casada	s/d
Rejane Dias	Deputada	Nova - 2014	São João do Piauí, PI	Casada	Sim (03)
Rosângela Gomes	Deputada	Nova - 2014	Rio de Janeiro, RJ	Solteira	s/d
Tia Eron	Deputada	Nova - 2014	Salvador, BA	Viúva	Sim (02)

Fonte: Autores, com base nos dados do DIAP, 9 2022. *s/d = sem dados

O perfil se organiza em torno do casamento tradicional. Duas são solteiras, duas divorciadas e uma, viúva.

⁹ Os dados dos dois quadros foram extraídos do portal do DIAP. Disponível em: <<http://www.diap.com/>>. Acesso em: 19 mai. 2022.

QUADRO 2 - DADOS COMPLEMENTARES DAS PARLAMENTARES – 2006, 2010 e 2014

Pseudônimo	Partido	Idade	Igreja	Função	Escolaridade	Etnia
Dona Iris Resende	PMDB	73	s/d*	s/d	Ensino Médio Completo	Branca
Marina Silva	PV	58	Assembleia de Deus	Pastora	s/d	Negra
Andréia Zito	PSDB	42	Igreja Maranata	s/d	Superior Completo	Negra
Antônia Lúcia	PSC	46	Assembleia de Deus	Bispa	Superior Completo	Branca
Benedita da Silva	PT	74	Igreja Presbiteriana	Membro	Superior Completo	Negra
Bruna Furlan	PSDB	33	Congregação Cristã do Brasil	Membro	Pós-Graduação Completa	Branca
Fátima Pelaes	PMDB	57	s/d	s/d	Superior Completo	Branca
Lauriete Rodrigues	PSC	44	Assembleia de Deus	Membro	Ensino Médio Completo	Branca
Liliam Sá	PR	56	Igreja Presbiteriana	Membro	Superior Incompleto	Branca
Sueli Vidigal	PDT	61	s/d	s/d	Superior Incompleto	Branca
Brunny Gomes	PR	27	Igreja Batista do Calvário	Membro	Superior Incompleto	Branca
Christiane Yared	PTN	56	Igreja Evangelho Eterno	Pastora	Ensino Médio Completo	Branca
Clarissa Garotinho	PR	34	Igreja Presbiteriana	Membro	Superior Completo	Branca
Eliziane Gama	PPS	39	Assembleia de Deus	Membro	Superior Completo	Branca
Geovânia de Sá	PSDB	44	Assembleia de Deus	Membro	Superior Completo	Branca
Júlia Marinho	PSC	56	Assembleia de Deus	Membro	Superior Completo	Branca
Rejane Dias	PT	44	Igreja Cristã da Família	Membro	Superior Completo	Branca
Rosângela Gomes	PRB	49	Igreja Universal do Reino de Deus	Membro	Superior Completo	Negra
Tia Eron	PRB	44	Igreja Universal do Reino de Deus	Membro	Ensino Médio Completo	Negra

Fonte: Autores, com base em dados extraídos do DIAP, 2022. *s/d = sem dados

A maioria das parlamentares evangélicas está em partidos de direita (PSDB, PRB, PSC, PR e PTN.), algumas ao centro (PV, PMDB e PPS) e a minoria em partidos de esquerda (PT e PDT). A maioria absoluta é branca e pertence a igrejas pentecostais e neopentecostais. Na atuação parlamentar feminina destacam-se as ações religiosas no campo da moral inibindo iniciativas de defesa de direitos de minorias e direitos humanos (CAMURÇA, 2017). Os repertórios morais e projetos políticos alinhados com a direita reacionária cristã influenciam e delimitam a linguagem e os termos da agenda política e dos debates públicos sobre união civil de pessoas de mesmo sexo, aborto, direitos humanos, família, gênero, educação, laicidade, entre outros temas

(MARIANO; GERARDI, 2019). Em alguns casos, atuação individual pode chocar-se contra a orientação ideológico-partidária, caso do PT, como na militância contra o aborto ou na posição ideológica, no caso de partidos mais de direita, como o PSDB. Essa tendência nos leva a refletir quanto a sobreposição do pertencimento religioso das parlamentares frente à filiação partidária.

QUADRO 3 – ALGUNS PROJETOS DE LEI - 2006, 2010, 2014

Pseudônimo	Número PL	Ementa
Dona Iris Resende (PMDB)	633/2007	Aumenta para 35 (trinta e cinco) anos o prazo máximo de cumprimento da pena privativa de liberdade.
	351/2002	Reserva fundo de participação dos Estados/Distrito Federal, para Estados que abriguem unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas.
Marina Silva (PV)	351/2002	Regulamenta a aposentadoria do extrativista vegetal.
Andréia Zito (PSDB)	212/2012	Propõe licença-paternidade nos moldes da licença-maternidade.
Andréia Zito (PSDB)	7895/2014	Propõe contagem da licença-maternidade em caso de parto de filho prematuro.
Antônia Lúcia (PSC)	REQ-9/2014 658313	Requer audiência pública para tratar da 'doutrinação ideológica' em sala de aula, estatuto da família, PL 6583/2013.
Benedita da Silva (PT)	4366/1993	Inclui nos crimes de preconceito, os de origem/sexo/idade/estado civil, outras formas; aumenta penalidade se o agente for motivado por racismo.
	7103/2014	Incluir no Estatuto da Igualdade Racial cor ou raça nos prontuários, registros e cadastramentos do Sistema de Informação do Sistema Único de Saúde.
	3071/2015	Acrescenta "violência racial" ao Estatuto da Igualdade Racial.
Bruna Furlan (PSDB)	4643/2012	Cria fundo patrimonial nas instituições federais de ensino superior.
Fátima Pelaes (PMDB)	1733/1996	Estende à mãe adotiva o direito à licença-maternidade e salário-maternidade.
Lauriete Rodrigues (PSC)	2756/2011	Assegura aos clérigos o exercício dos atos litúrgicos em estrita conformidade com os respectivos ordenamentos religiosos.
	6657/2013	Combate à violência e à discriminação político-eleitoral contra a mulher
	533/2011	Propõe afixação de placas em rodovias, comércios, divulgação em emissoras de rádio, televisão e Internet, informações sobre o crime de exploração sexual de crianças e adolescentes.
Liliam Sá (PR)	6297/2013	Acompanhamento escolar - alunos em tratamento de doenças crônicas.
	6219/2013	Promover a inclusão feminina no esporte.
Sueli Vidigal (PDT)	7015/2013	Assegura ao idoso a partir de com 60 anos, recebimento do benefício de prestação continuada.

Brunny Gomes (PR)	5459/2016	Acesso de brasileiros diplomados em um curso superior, às bolsas do ProUni.
	660/2015	Vetar a celebração de parcerias voluntárias entre a União e entidades da sociedade civil que causem dano significativo a patrimônio público.
Christiane Yared (PTN)	6382/2016	Ação regressiva, por parte da Previdência Social, contra os causadores de acidente de trânsito.
	6098/2016	Obrigatoriedade da sinalização de condutor novato no trânsito.
	784/2015	Inclusão da educação para o trânsito.
Clarrisa Garotinho (PR)	740/2015	Permite que motoristas realizem vistorias de segurança e ambiental e licenciamento anual sem o vínculo ao pagamento de multas.
	721/2015	Gratuidade transporte público urbano ou semiurbano para maiores de 60 anos.
	606/2015	Garantindo a toda mulher a partir dos 40 anos de idade o direito à realização de exame mamográfico nos dois seios.
Eliziane Gama (PPS)	4690/2016	Proíbe a derrubada da palmeira babaçu nos Estados do Maranhão, Piauí, Pará, Tocantins, Goiás e Mato Grosso.
	869/2015	Eleva percentuais de deduções no IRPF para doações ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.
Geovânia de Sá (PSDB)	6115/2016	Flexibilização da jornada de trabalho do estudante trabalhador para cumprir o estágio obrigatório de ensino superior.
	3958/2015	Concede direito a portadores de surdez unilateral de concorrerem às vagas reserva em concursos públicos federais.
Júlia Marinho (PSC)	620/2015	Veda adoção por casal homoafetivo (Estatuto da Criança e do Adolescente).
	4902/2016	Amplia percentual mínimo dos recursos na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e empreendedor rural (Programa Nacional de Alimentação Escolar).
Rejane Dias (PT)	749/2015	Isenção de tarifas para portadores de câncer e seus acompanhantes no sistema de transporte coletivo interestadual.
	689/2015	Criar Núcleos Investigativos de Femicídio - áreas de jurisdição das Delegacias Regionais de Polícia Civil.
Rosângela Gomes (PRB)	347/2015	Obriga dar informação sobre condição de pessoa com deficiência da mulher vítima de agressão doméstica ou familiar.
	345/2015	Monitoramento eletrônico - medidas protetivas de urgência para a mulher.
Tia Eron (PRB)	5027/2016	Aumento de pena para o crime de estupro corretivo.
	6594/2016	Procedimentos de adoção de crianças e de adolescentes.
	1180/2015	"Botão do pânico" - fiscalização das medidas protetivas de urgência.

Fonte: Autores, com base em dados extraídos do DIAP, 2022. PL = Projeto de lei; REQ = Requerimento.

O quadro dos projetos de lei contrasta com os discursos e posições das parlamentares. De um lado, o punitivismo, problema moral desprezado que provoca graves questões, segundo Karam (1996). A pauta moral não teve peso majoritário, embora estivesse presente, tal como a proibição proibir da adoção de crianças por casais homoafetivos. O meio-ambiente, as questões relativas ao trânsito e aos direitos amplos (pessoas com deficiência, estudantes trabalhadores, negros, pais e mães), ocupam boa parte da pauta dos projetos de lei. Mas, os projetos de lei evitam os assuntos relativos aos problemas de saúde pública decorrentes do aborto ilegal feito aos milhares no Brasil e das questões relativas à desigualdade salarial e econômica, concentra-se no punitivismo dentro de leis existentes.

4 O (NÃO)LUGAR DA MORAL EVANGÉLICA

Por outro lado, os posicionamentos ilustram as tensões e disputas morais na arena pública. Há um embate entre a moral evangélica, a que se tornou hegemônica, que caracteriza um segmento religioso, e a moral, pública. Aquela é defendido como se fosse a moral brasileira. Confundem-se *ethos* e moral. Tomamos a delicada questão do aborto, legalização ou descriminalização, para ver como as deputadas reagem, ainda que em partidos de esquerda. Talvez seja a pauta moral mais aguda, polêmica, controversa e um dos elementos que permitem compreender a visão de mundo reacionária-conservadora predominante entre os evangélicos. Antes de vermos alguns exemplos, é preciso dizer que o aborto no Brasil se liga à desigualdade social profunda (BOMFIM, *et al*, 2021). Um recente estudo com os dados do Sistema Único de Saúde entre 2000 e 2020, construiu o perfil médio das mulheres que abortam: entre 20 e 29 anos, em união estável, oito anos de estudo (pouco tempo), trabalhadoras (ganham menos que os homens), católicas, com pelo menos um filho e usuárias de métodos contraceptivos, tendo feito uso do abortivo misoprostol em casa (BOMFIM, *et al*, 2021). Os custos sociais, humanos e econômicos são imensos (BOMFIM, *et al*, 2021). Milhares de mulheres morrem e outras milhares ficam com sequelas por conta da realização de procedimentos ruins, da ilegalidade jurídica e da forte condenação moral que pesa sobre os ombros femininos (BOMFIM, *et al*, 2021). Do outro lado, a maioria das parlamentares evangélicas tem uma visão naturalizada sobre a polêmica

questão do aborto: a mulher encontra na maternidade sua realização, filhos são uma bênção divina e a vida começa na fecundação ou logo depois, em algum momento.

Em 2008, a deputada Andreia Zito (PSDB) estava presente na votação do projeto de lei que descriminalizaria o aborto. Ao final da votação, que rejeitou por unanimidade o PL que anularia o artigo 124 do Código Penal, a parlamentar declarou o que chamou de “vitória da vida”¹⁰. Do mesmo modo, a deputada Antônia Lucia (PSC) em uma entrevista concedida à Gazeta, em fevereiro de 2008, destacou: “eu tenho minhas limitações femininas, mas a força que me move é Cristo. Se não fosse, eu já estaria cansada de ser caluniada, enganada e difamada por algumas pessoas do nosso Estado” e, ainda: “acho que não há igualdades entre mulheres e homens quando se fala em justiça, principalmente no que diz respeito à profissão. A mulher trabalha fora, cuida dos filhos, do marido, dos estudos, da casa, e tantas outras tarefas [...]”¹¹. Essa parlamentar afirmou no 4º Encontro Brasileiro de Legisladores e Governantes pela Vida (associados ao Movimento em Defesa da Vida), ocorrido em abril de 2011, atuar contra o aborto: “a luta pela vida começa na concepção. Já enfrentamos muitas barreiras na busca da evolução, e só quem tem o direito de pôr fim a uma existência é Deus”¹².

Em 2017 a Deputada Benedita Silva (PT) escreveu um texto para o jornal Le Monde¹³, em que chama atenção para o fato de ela ser a primeira mulher negra a ocupar o Parlamento e destaca sua importância como líder de movimentos favelados e a sua opinião sobre o aborto, enquanto religiosa de atuação ecumênica que atuou, por exemplo, na organização do Grupo Constituinte Popular Permanente juntamente com um bispo da Igreja Católica:

A questão do aborto é muito complexa. O problema não é ser a favor ou contra, mas ter percepção e sensibilidade para sua gravidade, além de respeito pelo direito de a mulher decidir. Quando uma doméstica aborta, ela o faz não porque quer, mas porque precisa, pois sabe que

¹⁰ Disponível em <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/em-votacao-tensa-projeto-de-descriminalizacao-do-aborto-e-rejeitado/n1237680739892.html>>. Acesso em: 19 mai. 2022.

¹¹ Disponível em <http://antoniialuciacamara-ac.blogspot.com/2010/02/entrevista-exclusiva-com-missionaria.html>. Acesso em: 19 mai. 2022.

¹² Disponível em <https://nossasenhoraedemedjugorje.blogspot.com/2011/05/deputada-antonia-lucia-psc-ac-na-luta.htm>. Acesso em: 19 mai. 2022.

¹³ Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/115957/1987_05%20a%2008%20de%20fevereiro_104d.pdf?sequence=1%3E. Acesso em: 19 mai. 2022.

tom filho pequeno no braço, dificilmente arranjará emprego. No plano moral, o que leva uma moça solteira a abortar? O medo de ser expulsa de casa pelos pais (SILVA, Benedita da. 2017)¹⁴.

A deputada evita a polêmica, embora tenha maior sensibilidade para as graves consequências sociais causados pelo tratamento moral exclusivista - moral hegemônica religiosa de direita - de um problema de saúde pública.

A deputada Brunny Gomes (PR), ao ser questionada sobre casamento gay e aborto, afirmou: “Não apoio o casamento gay, mas também não discrimino. Mas é aquele negócio, casamento é homem e mulher”. A parlamentar não está de acordo com o aborto, uma vez que pertence à Igreja Batista do Calvário. Brunny votou a favor a PEC 241 em ambos os turnos da proposta, que instituiu um teto de gastos na saúde e educação por 20 anos e se ausentou na votação do PL 4850/16, proposta que instituiu as “10 Medidas Contra a Corrupção”¹⁵.

Christiane Yared (PTN) tem se posicionado publicamente sobre assuntos polêmicos (aborto, casamento gay e maioridade penal): “É preciso também pensar na vida da mãe. Imagine um caso de uma adolescente estuprada, por exemplo. Temos que levar isso em consideração”, ao ser questionada acerca do aborto, tendo se posicionado contra o aborto e a favor da vida. “Independente de opção sexual, o que importa é o respeito pelo ser humano. Sem violência, sem preconceito. O que cada pessoa faz da sua vida, deveria ser problema único e exclusivo dela”, ao ser questionada sobre os direitos LGBTQIA+. Quando questionada acerca da maioridade penal, afirmou: “O Estado não cuida do adolescente e depois vai querer encarcerá-lo? As Febens não funcionaram”. Em afirmações como essas, comuns na BE, joga-se para o âmbito privado, a questão dos direitos de minorias, confunde-se comportamento pessoal com acesso aos direitos sociais garantidos, ao menos formalmente, à maioria da população (casamento civil, por exemplo), tenta-se fazer valer moral evangélica a moral pública brasileira, ou, no caso do adolescente, joga-se a culpa sobre os ombros individuais, ao invés de recuperar políticas públicas, consertar os erros do Estado e melhorar a participação da sociedade civil.

¹⁴ Disponível em <https://revistaforum.com.br/direitos/2017/3/22/benedita-da-silva-homenageada-pela-onu-em-nova-iorque-eua-19561.html>. Acesso em: 19 jun. 2017

¹⁵ Disponível em <https://aconteceunovale.com.br/portal/?p=41485>>. Acesso em: 19 mai. 2022.

Clarissa Garotinho (PR, expulsa em novembro de 2016) no ano de 2015, votou contra o “Projeto do Aborto” de Eduardo Cunha (PMDB), que objetivava dificultar o processo de aborto, até mesmo em casos de estupro. A deputada chegou a enfrentar diretamente, em outras ocasiões, o citado deputado, tendo dito que ele desempenhava papéis, múltiplos personagens e, apesar disso, nenhum deles ético ou coerente com a suposta crença evangélica do parlamentar, classificando-o como “um lobista, um psicopata [...]”. De acordo com um artigo do jornal El País datado de junho de 2016¹⁶, Fátima Pelaes (PMDB) teve um giro ideológico de feminista radical para militante antiaborto que coincidiu com sua conversão à Igreja Evangélica em 2002, depois de um naufrágio no Rio Amazonas. A parlamentar foi acusada, em março de 2017, de realizar cultos evangélicos em seu gabinete, constringendo funcionários¹⁷. Sobre a mudança ideológica brusca, ela admite ter defendido ideais feministas em sua trajetória¹⁸. Essa deputada, às vésperas de assumir a Secretaria das Mulheres, no Governo Temer (2016-2018), foi apontada em investigação por desviar 4 milhões de emendas parlamentares para turismo no Amapá¹⁹, fato que comprometeu sua carreira política. Pelaes, em março de 2017, se envolveu na polêmica da fala de Temer no Dia da Mulher. O Presidente, tendo afirmado que a mulher tem grande participação na economia, uma vez que “ninguém mais é capaz de indicar os desajustes, por exemplo, de preços em supermercados”, foi defendido pela deputada, que afirmou, em fala ao jornal Folha de São Paulo.²⁰ Dentre suas contribuições mais expressivas para a tentativa de fazer da moral cristã, o *ethos* nacional, está o seu discurso, em 2010, em favor da aprovação do Estatuto do Nascituro, projeto de lei nº 478/2007 que dá direitos ao feto e dificulta o acesso ao

¹⁶ Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/02/politica/1464821271_104776.html>. Acesso em: 19 mai. 2022.

¹⁷ Conforme afirma: “De 1991 a 2002, exerci três mandatos de deputada federal. Nesse período, como ainda não conhecia Jesus Cristo, defendi bandeiras de lutas contrárias aos valores bíblicos, como, por exemplo, a defesa do aborto, por entender, naquela época, que a mulher era “dona” de seu corpo, não conseguindo enxergar que ali há uma vida. Defendi, veementemente, o Projeto de Lei 1135/91, que visava a descriminalizar o aborto no Brasil. Além disso, não via a família como um projeto de Deus e cada um deveria constitui-la como bem entendesse”. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/secretaria-das-mulheres-de-temer-faz-culto-evangelico-em-gabinete>>. Acesso em: 19 mai. 2022.

¹⁸ Disponível em: <<http://www.cpadnews.com.br/mensagem-da-paz/19499/entrevista-com-fatima-lucia-pelaes.html>>. Acesso em: 19 mai. 2022.

¹⁹ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1777768-secretaria-de-temer-integrou-articulacao-criminosa-diz-pgr.shtml>>. Acesso em: 19 mai. 2022.

²⁰ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/03/1864782-secretaria-de-mulheres-minimiza-gafe-de-temer-e-diz-que-situacao-representa-realidade.shtml>>. Acesso em: 19 mai. 2022.

aborto, ainda que em casos de estupro. Na ocasião, Pelaes revelou, na Câmara, que nasceu de um estupro que sua mãe sofreu na prisão: “Eu já estive também em alguns momentos, nesta comissão, defendendo [o aborto], dizendo que toda mulher tem direito, que a vida não começa na concepção. Mas eu precisava ser curada, porque eu estava com trauma”²¹.

Geovânia de Sá (PSDB) votou, em 2015, a favor do Estatuto da Família, que conceitua núcleo familiar como constituído por homem e mulher, tendo justificado seu voto:

Porque o Estatuto traz as relações familiares reconhecidas pela Constituição Federal como a base da sociedade. A base é o alicerce. Ou seja, qualquer sociedade existente no mundo origina-se a partir da relação entre um homem e uma mulher, com o nascimento dos filhos. Existem, hoje, mais de 190 agrupamentos familiares. Há famílias formadas por tios e sobrinhos, avós e netos, mas, apesar de serem relações familiares, não constituem a base da sociedade, reconhecida pela Constituição. Cada pessoa é livre para definir seu próprio conceito de família, porém o Estatuto da Família pautou-se no texto constitucional ao reconhecer quais as relações familiares formam a base da sociedade. [...] No Estatuto da Família, em nenhum momento os homossexuais foram desrespeitados (DE SÁ, GEOVÂNIA, 2015²²).

Por outro lado, seus discursos são favoráveis às mulheres e aos trabalhadores: “[...] mais urgente que a criação de um Projeto de Lei, é combater e fiscalizar todas as medidas que estão sendo tomadas pelo Governo Federal para retirar conquistas históricas dos trabalhadores”. Além disso, a deputada afirmou a importância de aumentar a participação feminina²³. Sobre o programa Bolsa Família afirmou: “É claro que elas precisam, no momento de desespero, de recurso para manter as suas necessidades básicas. Mas, não podem viver eternamente dependentes”²⁴.

Lauriete Rodrigues (PSC), cantora gospel, tem se posicionado contra pautas como o aborto e o casamento gay. Conhecida por se apresentar em atos evangélicos, esteve, em junho de 2013, em um ato com 70 mil evangélicos contra o casamento gay, a descriminalização da maconha e o aborto. Durante o evento e entre as falas de

²¹ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/secretaria-das-mulheres-de-temer-faz-culto-evangelico-em-gabinete>>. Acesso em: 19 mai. 2022.

²² Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/ninguem-sera-prejudicado-diz-deputada-federal-geovania-de-sa>. Acesso em: 19 mai. 2022.

²³ Disponível em: <https://www.psdb.org.br/mulher/entrevista-geovania-de-sa-mais-um-reforco-para-bancada-feminina-psdb-na-camara/> Acesso em: 19 mai. 2022.

²⁴ Disponível em: <https://www.eismaequi.com.br/ultimas-noticias/bolsa-familia-nao-deveria-tornar-beneficiarios-dependentes-diz-geovania-de-sa/>. Acesso em: 19 mai. 2022.

Silas Malafaia, a deputada apresentou juntamente com os artistas que apoiavam as referidas pautas. Em seu Facebook oficial, em uma postagem de 4 junho de 2014, a parlamentar desabafa sobre o debate que acontecia na Câmara e foi aprovado, posteriormente, na noite do mesmo dia²⁵:

Hoje na Comissão de Direitos Humanos, debatendo a "Lei da Palmada", onde tira completamente a autoridade dos pais na correção dos seus filhos. Querem aprovar na marra, mas a luz da bíblia, entendemos que toda criança deve ser educada e corrigida de acordo com o q seus pais acham q deve ser, porém isso não lhes dá o direito de espacamente (sic, leia-se espancamento) que já é outro fator. Lei nenhuma pode entrar na nossa casa e dizer como devemos criar os nossos filhos. Se essa lei passar, serão os filhos e as crianças q ditarão regras nas nossas casas. Deus nos deu autoridade sobre nossa casa e sobre nossos filhos, então a correção também é responsabilidade nossa e ninguém pode nos tirar esse direito. Orem, porque daqui a pouco as crianças, os filhos terão direito de colocar os pais p fora de casa... @magnomalta na luta... Orem por isso... Querem destruir as famílias dos moldes de Deus... (RODRIGUES, Lauriete, 2013)²⁶.

Liliam Sá (PR), parlamentar conhecida por suas expressivas contribuições para os direitos de crianças e adolescentes, afirmou em entrevista a Guilherme Amado, do jornal Extra, em relação aos escândalos e polêmicas de seu mandato, que “entrou na política através do ex-bispo da IURD, Carlos Rodrigues, mas que não tem mais contato com o mesmo”. Além disso, diz que sua posição religiosa não conta com a prática de “voto de cabresto”, que é a favor da progressão da pena, mas não da redução da maioria penal e que é contra a legalização do aborto, ainda que em casos de estupro²⁷, tendo dito, em discurso na Câmara, que “o aborto, além de um crime, é uma afronta aos princípios cristãos e que [o aborto] nunca e jamais será a saída”²⁸.

²⁵ Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/06/04/senado-aprova-lei-menino-bernardo>. Acesso em: 19 mai. 2022.

²⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/DeputadaFederalLauriete/photos/a.415067845196679.85988.414724308564366/689674131069381/?type=3&theater>. Acesso em: 19 mai. 2022.

²⁷ Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/eleicoes-2014/apadrinhada-na-politica-por-mensaleiro-liliam-sa-diz-nao-ter-mais-contato-com-ex-bispo-13316459.html>. Acesso em: 24 jun. 2017.

²⁸ Disponível em: <https://psdcamara.org.br/liliam-sa-e-onofre-santo-agostini-condenam-a-pratica-do-aborto/>. Acesso em: 19 mai. 2022.

Marina Silva (PV), parlamentar conhecida por suas propostas ambientalistas, se comprometeu a defender direitos discutidos no Congresso, além da implantação do aborto - em casos regulados pela Constituição - gratuito no SUS e manter a continuidade do programa Bolsa Família²⁹. Apesar disso, em agosto do mesmo ano, Marina Silva recuou em grande parte do texto de seu programa inicial, tendo justificado o eufemismo como uma falha da editoração³⁰. Uma parte, no entanto, escusa de sua vida, foi o período em que se utilizou de um codinome (Sara) para militar contra a ditadura, tendo, inclusive, se afastado da Igreja durante esse período³¹. Acerca da Reforma da Previdência, em entrevista, afirma:

Nós vivemos o problema do déficit da Previdência e nós passamos por uma questão que precisa ser enfrentada, que é o fato de a nossa população estar envelhecendo e, como uma conta de trabalho jovem cada vez menor, haverá uma necessidade em conseguir pagar os benefícios para todos os aposentados. [...] Eu votaria pela admissibilidade [da reforma da Previdência], corrigindo as arbitrariedades (SILVA, Marina, 2017)³².

Em maio de 2010, em entrevista ao grupo RBS, Marina Silva afirmou ter defendido a ideia de um plebiscito sobre legalização da maconha e do aborto. A parlamentar reconhece não ser a favor de nenhum dos dois, mas apoia o debate democrático na sociedade brasileira³³. O horizonte plebiscitário não é adequado a questões como essa, pois exacerba o poder da maioria sem o contrapeso dos direitos das minorias. O plebiscitarismo distorce a democracia ao vincular temáticas complexas, do âmbito do Estado e da República, a uma lógica de voto direito. Na verdade, ocorreria o esmagamento dos direitos das minorias.

A deputada Rejane Dias (PT), em dezembro de 2012, foi notificada pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores por ter afirmado que “homossexualismo é pecado” e ter sido contra a “PEC da Orientação Sexual”, do deputado Fábio Novo

²⁹ Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes/marina-apresenta-plano-conservador-na-economia-e-progressista-nos-costumes,1551922>. Acesso em: 19 mai. 2022.

³⁰ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/carta-nas-eleicoes/marina-silva-ameniza-propostas-lgbt-um-dia-depois-de-divulgar-programa-8535.html>. Acesso em: 19 mai. 2022.

³¹ Disponível em <https://m.folha.uol.com.br/poder/2014/09/1511982-marina-usou-codinome-se-afastou-da-igreja-e-para-militar-contraditadura.shtml>. Acesso em: 19 mai. 2022.

³² Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/05/07/marina-compara-doria-a-dilma-gerente-na-politica-deixou-14-milhoes-de-desempregados.htm>. Acesso em: 19 mai. 2022.

³³ Disponível em: <https://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/05/marina-silva-defende-plebiscito-sobre-legalizacao-da-maconha.html>. Acesso em: 19 mai. 2022..

(PT), que inseria o termo “orientação sexual” no rol dos direitos individuais dos cidadãos do Piauí. Sobre a polêmica, Rejane se defendeu: “É um projeto que divide opiniões. O segmento religioso quer discutir mais o projeto. Eles (se referindo aos pastores) têm dúvidas”³⁴. Em nova entrevista ao site GP1, em dezembro de 2016, a parlamentar manifestou-se contra o aborto:

Eu sou a favor da vida, me parece que a Câmara está querendo rever aquela decisão [referindo-se à decisão do Habeas Corpus nº 124.306/2016]. Não sou a favor, em hipótese alguma, de qualquer tipo de aborto. Sei que a Lei fala da questão dos estupros, mas eu como uma mulher cristã, eu defendo a vida³⁵.

Por outro lado, a deputada Tia Eron (PRB) não se posicionou na votação, em novembro de 2015, do “Projeto do Aborto” de Cunha³⁶. Sobre as manifestações LGBTQIA+, em junho de 2015, na Parada Gay, durante as quais milhares de LGBTQIA+ pediam por direitos iguais e nas quais foram utilizados signos religiosos (incluindo uma travesti crucificada):

É inadmissível que a gente venha a viver ainda num século XXI com um segmento [referindo-se aos LGBTQIA+] que não produz a tranquilidade, a harmonia, a paz, mas consegue disseminar o ódio o crime. [...] Não é possível que venha a se pegar objetos considerados como santos, sagrados fazer suas introduções (como eles fizeram aí) nas suas genitálias e ficar impune. [...] É um repúdio, aqui, essa minha fala, em função de toda essa manifestação que foi feita na Parada Gay, porque foi, de fato, uma provocação (VASCONCELOS CARVALHO, Eronilde, 2015)³⁷.

Evidenciam-se, a partir dos posicionamentos arrolados, disputas que buscam estabelecer um engajamento do cristão contemporâneo na dinâmica da vida social, motivando-os a participarem da “reasserção conservadora contemporânea” que apresenta claros traços de reacionarismo político, a construção de solidariedades duráveis, fidelidades incoercíveis, laços incorporados e “adesão visceral” (BURITY, 2006). O contexto precisa ser fixado: mais de quatro anos de regressão em direitos

³⁴ Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/120683/pt-nacional-notifica-rejane-dias-que-afirma-homossexualismo-e-pecado>. Acesso em: 19 mai. 2022.

³⁵ Disponível em: <https://www.gp1.com.br/pi/piaui/noticia/2016/12/1/eu-defendo-a-vida-diz-rejane-dias-sobre-o-aborto-405272.html>. Acesso em: 19 mai. 2022.

³⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/11/maioria-das-deputadas-se-diz-contraprojeto-de-cunha-sobre-aborto.html>. Acesso em: 19 mai. 2022.

³⁷ Áudio transcrito dos 58 segundos a 1 minuto e 45 segundos. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=11bWzHJ_RLI. Acesso em: 26 jun. 2017.

sociais, aceleração do neoliberalismo e a profunda crise social resultante, a COVID-19, que desde março de 2020 continua matando e que já soma mais de 640 mil brasileiros mortos, em uma estimativa subestimada.

No Congresso Nacional, nesse contexto, os evangélicos em sua maioria, terçaram armas ao lado do Presidente Jair Bolsonaro (PL) e sua visão naturalizada de doença (imunidade de rebanho), hierarquia de gênero (homens no topo) e seu fascismo comportamental, traduzido pela ideia de vontade absoluta da maioria (democracia formal) sem respeito aos direitos de minorias. A Bancada Evangélica e a FPE, têm sido das mais fiéis bases de apoio ao bolsonarismo, entendido aqui como uma das expressões da extrema-direita brasileira.

Análises recentes mostram que a taxa média de governismo da Câmara é de 76%, mas entre deputados evangélicos é de 89%, com menor variação no Senado, mas, ainda assim alta taxa³⁸. A taxa de governismo geral entre senadores é de 87%, mas entre senadores evangélicos, 91%. No caso da FPE,³⁹ são 77% de apoio. Sua composição comporta 46% de evangélicos e 43% de católicos⁴⁰. Criada em 2003, oficializada em 2015, sua atuação colide com a visão de parte das parlamentares evangélicas e da própria percepção do mundo evangélico, ao menos segundo uma pesquisa que identificou que 85% acham pecado o ser humano atacar o meio ambiente; e 82%, um crime contra a natureza é um pecado contra Deus⁴¹. Quanto aos demais itens, a FPE tende a ser reacionária, antissocial e pró-extrema-direita. Dados recentes, publicados pela imprensa, mostram que a pauta moral não avança, ocupa um não-lugar: apenas 62 dos 4.879 projetos propostos na pauta de costumes foram aprovados e só quatro deles são de autoria da FPE⁴². Apesar de a moralidade cristã

³⁸ Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/bancada-evangelica-e-fiel-a-bolsonaro-em-89-das-votacoes-2/>>. Acesso em: 23 mai. 2022.

³⁹ Disponível em: <<https://apublica.org/2022/04/maioria-dos-deputados-da-frente-parlamentar-evangelica-apoia-pautas-anti-ambientais/>>. Acesso em: 19 mai. 2022.

⁴⁰ No subtítulo: "Frente parlamentar soma 181 deputados reunidos em legendas que vão desde o PL ao PT, aponta estudo". Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/bancada-evangelica-ja-alcanca-80-dos-partidos-na-camara.8c010c32b0f29bb8391a62e9d00151397h9sq137.html>>. Acesso em: 23 mai. 2022.

⁴¹ Disponível em: <<https://apublica.org/2022/04/maioria-dos-deputados-da-frente-parlamentar-evangelica-apoia-pautas-anti-ambientais/>>. Acesso em: 19 mai. 2022.

⁴² No subtítulo: "Frente parlamentar soma 181 deputados reunidos em legendas que vão desde o PL ao PT, aponta estudo". Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/bancada-evangelica-ja-alcanca-80-dos-partidos-na-camara.8c010c32b0f29bb8391a62e9d00151397h9sq137.html>>. Acesso em: 23 mai. 2022.

(ou o que os parlamentares evangélicos dizem que é), ser o carro-chefe dos discursos disparados do púlpito, palanque eleitoral e tribuna legislativa - um discurso desconectado da realidade doída das mulheres das classes pobres, das milhares que morrerem por sequelas de abortos malfeitos, ilegais, dos trabalhadores desempregados, das desigualdades salariais gigantescas, do trabalho análogo à escravidão a que muitas delas estão submetidas, sem direito algum, da destruição do meio-ambiente e seus terríveis impactos socioeconômicos, o resultado prático é o não-lugar. Do ponto de vista teórico e normativo, não há lugar para moralidade evangélica no parlamento, no sentido de que ela não pode ser a moral oficial pública do Estado e da nação, apesar de esta ser arrogada como de maioria cristã na fala da Bancada Evangélica. A maioria cristã não pode impor sua concepção particular de vontade moral por três motivos: a barreira da laicidade, entendida como a impossibilidade de o Estado e a República adotarem uma crença oficial, a existência de diferentes morais minoritárias cristãs (que admitem, inclusive, a descriminalização do aborto e seu tratamento como saúde pública) e a crise da representação política no interior da democracia representativa (quanto realmente, os que dizem representar, representam os que neles votam).

O que nos leva a refletir que a explosão pentecostal e neopentecostal, de 1986 aos dias que correm, fez saltar a Bancada Evangélica de 33 para mais de 100 congressistas (deputados e senadores), não parece transformar a cultura e modernizar a economia e sociedade. O pentecostalismo e seus desdobramentos não parecem portar as propaladas virtudes modernizantes à moda puritano-calvinista (MARIANO, 1999). Embora a diversidade cultural do mundo evangélico exubere distinções, intensa capilarização e contextos singulares, permanece o desafio de entender como se dá a passagem dessas infindas variações e distinções em nível etnográfico e molecular, para as grandes linhas espectrais, o nível molar e macrossocial, que se caracteriza pela defesa de supostas hierarquias sociais rígidas e naturais, esvaziamento de políticas sociais do Estado posto a serviço da acumulação privada de capital na esfera financeira e sua roupagem política (neoliberalismo), exaltação frenética e inconsequente da liberdade individual, da ideologia do empresário de si mesmo, do porte e da posse de armas, da educação em casa (*homeschooling*), da recusa de medidas de combate à COVID-19 (máscaras, fechamento de templos e desconfiança das vacinas). As linhas em defesa da

igualdade e justiça social em favor de minorias (indígenas e negros), da ciência, de políticas sociais, educacionais e ambientais, não são novas no mundo evangélico e na atuação deste dentro do Congresso. Essas linhas estão ativas, mas ocupam uma posição minoritária, embora o Quadro 3 mostre um pouco mais dessas linhagens de igualdade social entre as parlamentares evangélicas. Quando a pauta envolve a descriminalização do aborto e a temática dos direitos da comunidade LGBTQIA+, a minoria se torna ainda mais minoria na bancada evangélica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As tensões se dão em um momento em que o discurso explicitamente social e engajado está sendo confrontado com o discurso de emoção e reafirmação dos valores e práticas morais. Uma nova cruzada cristã-evangélica que leva às tomadas de posições dos coletivos conservadores a um esforço de gerenciamento das escolhas partidárias dos fiéis (com explícita condenação aos partidos de esquerda), a resolução dos problemas sociais (libertação *versus* caridade), a obediência e fidelidade às hierarquias eclesiais (carisma institucional) e guerra contra questões de gênero e de família em tons mais igualitários e não-conservadoras. Se os partidos de esquerda eram combatidos pelo suposto ateísmo, cientificismo e anti-religião, ou o atávico comunismo, que virou um signo acusatório, agora também estão sendo combatidos por trazerem supostas ameaças da implantação da “ditadura gayzista e abortista”⁴³. São termos inventados a partir de uma barafunda interpretativa que mistura sofrimento, raiva, ignorância e incompreensão diante das mudanças socioeconômicas e culturais. Em uma época de semicapitalismo, em que os signos se hipertrofiaram e a semântica desaparece⁴⁴, não é de se estranhar que os primeiros virem um guarda-chuva infinito que abriga tudo o que a ideologia reacionária religiosa aponta como “comunismo” e “ideologia de gênero”. Não se pode deixar de observar que concomitante à ascensão do modelo neoliberal desde os anos 1990 no Brasil,

⁴³ As principais correntes evangélicas e pentecostais e setores católicos carismáticos não querem aceitar as políticas estatais de valorização de concepções e práticas de gays, lésbicas e transexuais; assim como das cosmologias de indígenas, quilombolas quando estas entram em desacordo com seus dogmas e ditas verdades bíblicas. Estas saúdam a “lógica do reconhecimento” por parte do Estado em relação a elas, mas rejeitam sua possibilidade de “integração” aos parâmetros da Constituição Brasileira e suas leis universais garantistas e protetivas para a diversidade da população ().

⁴⁴ Na rigorosa análise de Franco Berardi (2020).

desenham-se duas outras linhas ascensionais que se tangenciam: por um lado, as desigualdade sociais, desemprego, miséria, destruição ambiental e, por outro, a extrema-direita religiosa, individualismo narcísico (eu absoluto), fragilização da democracia participativa, sindicatos e associações civis, a formação de comunidades religiosas sectárias, refratárias às críticas externas e divergências internas (bolha autoimune).

Ao trazermos as lentes da interpretação crítica para a atuação das parlamentares evangélicas vemos que a pauta moral corporativo-moral se faz presente, mas em alguns pontos, os direitos das mulheres e direitos sociais emergem. Vê-se, por uma pequena fresta, a justiça social. Talvez não seja sinal profético, não se sabe; talvez seja a resiliência dos ideais de um mundo melhor, fraterno e justo para todos, brasas sob mar de cinzas no tempo presente. Talvez a energia utópica desprendida pelo cristianismo em suas origens, não tenha morrido. Palpita, ainda, do púlpito religioso ao palanque eleitoral e deste à tribuna parlamentar. Todavia, as brasas vivas são recobertas pelas sombras escandalosamente reacionárias.

REFERÊNCIAS

- BERARDI, Franco. *Asfixia: capitalismo financeiro e a insurreição da linguagem*. São Paulo: UBU, 2020.
- BLANCARTE, Roberto. América Latina: entre pluriconfessionalidad y laicidad. *Civitas: revista de ciências sociais*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 182-206, 2011.
- BLANCARTE, Roberto. Editorial: as Encruzilhadas da laicidade na América Latina. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 38(2): 1-340, 2018.
- BOMFIM, Vitória B. da S.; Et al. Mortalidade por aborto no Brasil: Perfil e evolução de 2000 a 2020. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 10, n. 7, p. e49910716866, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/16866>. Acesso em: 23 maio 2022.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 2. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BURITY, Joanildo. A cena da religião pública: contingência, dispersão e dinâmica relacional. *Novos Estudos CEBRAP*, n.102, p. 89-105, JULHO 2015
- BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual? *Cadernos Pagu*, São Paulo, n. 21, p. 219-260, 2003.
- CASANOVA, José. *Public Religions in the Modern World*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/>. Acesso em: 23 set. 2016.

CAMURÇA, Marcelo. A questão da laicidade no Brasil: mosaico de configurações e arena de controvérsias. *Horizontes*, Belo Horizonte, v. 15, n. 47, p. 855-886, jul./set. 2017.

CARRANZA, Brenda. Modus operandi político de evangélicos e católicos: consolidações e inflexões. *Debates do NER*, Porto Alegre-RS, ano 18, n. 32, p. 87-116, jul./dez. 2017.

CARVALHO, Osiel Lourenço. Pentecostalismo na esfera pública – a participação das Assembleias de Deus na política partidária brasileira. *Azusa: Revista de Estudos Pentecostais*, São Bernardo do Campo, p 12-53, 2015.

CONGRESSO EM FOCO. Notícias. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias>. Acesso em: 03/08/2017.

CUNHA, Magali. *Evangélicos e Governo*. 2007. Rio de Janeiro: Mauad/Instituto Mysterium. Disponível em: <http://redentorista.com.br/impeachment-pragmatismo-evangelico-magali-cunha/>. Acesso em: 12 fev. 2017.

CUNHA, Magali. *Mídia, Religião e Política*. Disponível em: <<http://www.metodista.br/midiareligiaopolitica/>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

ENNES, Marcelo Alario; MARCON, Frank. Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 16, n. 35, p. 274-305, abr. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222014000100010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 maio. 2022.

LABORATÓRIO DE DADOS ABERTOS BRASIL. *Meu Congresso Nacional*. Disponível em: <http://www.meucongressonacional.org/>. Acesso em: 28 dez. 2016.

KARAM, M. L. *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Instituto Carioca de Criminologia, 1996.

LISTA DOS DEPUTADOS FEDERAIS CRISTÃOS ELEITOS. Disponível em: <https://fronterafinal.wordpress.com/tag/deputados-federais-evangelicos/>. Acesso em: 23 nov. 2016.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião, cultura e política. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 32(2), 2012, p. 29-56.

MARIANO, R. O futuro não será protestante. *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 89–114, 1999. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/csr/article/view/13362>. Acesso em: 18 may. 2022.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, vol. 11, n. 2, p. 238-258, maio-ago. 2011. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/9647/6619>>. Acesso em: 27 maio 2017.

MARIANO Ricardo; GERARDI, Dirceu André. América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. *Revista USP*, São Paulo, n. 120, p. 61-76, janeiro/fevereiro/março 2019.

MIRANDA, Júlia. O jeito cristão de fazer política. In: BARREIRA, Irllys; PALMEIRA, M. (orgs.). *Candidatos e candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil*. São Paulo: Annablume, 1998.

MONTEIRO, Ester. *Lugar de mulher também é na política*. Disponível em <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/03/08/lugar-de-mulher-tambem-e-na-politica>. Acesso em: 11 jul. 2017.

ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 53, p.53-68, out. 2003.

SILVA, Emanuel. F. ; SILVEIRA, Emerson J. S. A pandemia de Covid-19 sob a benção de Bolsonaro e Evangélicos: mobilização política anti-ciência, saber mágico e pós-verdade. *Inter-legere* (UFRN), v. 3, p. 1-28, 2020.

SURUAGY, Bruna. *Religião e Política: ideologia e ação da “Bancada Evangélica” na Câmara Federal*. PUC: São Paulo, 2011, p. 21-231.